

CENTRO NACIONAL DE PESOUISA EM ENERGIA E MATERIAIS - CNPEM

CNPJ 01.576.817/0001-75

				CNPJ 01.576.817/0001	-75		
BALANÇOS PATRIMONIAI	SE	M 31 DE	DEZEME	BRO DE 2015 - (Valores expressos em milhares	de re	ais)	
ATIVO No	ota	2015	2014	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Vota	2015	2014
			Reclas-				
			sificado				
Circulante		(nota 2.1)	Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa - sem restrição	4	4.623	3.932	Fornecedores	8	5.686	683
Caixa e equivalentes de caixa - com restrição	4	21.237	27.332	Salários, férias e encargos a pagar	9	9.424	5.624
Aplicações financeiras - sem restrição	4	22.397	46.361	Recursos de convênios			
Aplicações financeiras - com restrição	4	66.208	78.371	projetos e subvenções	10	375.997	204.537
Convênios/projetos e subvenções a receber	5	259.797	61.340	Outras obrigações	11	3.205	2.325
Contas a receber		1.154	502]		394.312	
Estoques		383	372				
Adiantamento a fornecedor		869	640	Não circulante			
Impostos a recuperar		177	17	Outras obrigações		-	328
Outros ativos	6	3.991	4.506	Provisão para contingências	12	14.107	12.334
Total do ativo circulante	_	380.836	223.373	Recursos de convênios/			
Não circulante				projetos e subvenções LP	10	152.967	37.308
Realizável em longo prazo						167.074	49.970
	11	7.286	6.378				
Imobilizado				Patrimônio líquido			
Imobilizado - Sem restrição		142.371		Patrimônio social	13	127.991	166.438
Imobilizado - Com restrição	7	155.583	57.717				
Intangivel							
Intangível - Sem restrição	7	2.553	2.515				
Intangível - Com restrição	7_	748	391				
			206.204				
Total do ativo	_	689.377	429.577	Total do passivo e do patrimônio líquido		689.377	429.577
As notas ex	xplic	ativas são	parte inte	grante das demonstrações contábeis.			
Demonstração dos fluxos de caixa Exerci	icios	s findos e	m 31 de d	ezembro de 2015 e 2014 - (Valores expressos e	m mil	lhares de r	eais)
		2015	2014			2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais				Fornecedores	_	5.003	(613)
Déficit do exercício		(37.167)	(14.159)	Salários, férias e encargos a pagar		3.800	(198)
Ajustes para conciliar o déficit ao caixa				Recursos de convênios/projetos e subvenções	S	285.839	81.221
gerado pelas atividades operacionais:				Adiantamento a Clientes		-	1

Demonsu ayao dos muzos de carza Exerci	icios milaos c	an or ac a	ezembro de zoro e zora - (varores expressos em r	minates de i	vais)
	2015	2014		2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais			Fornecedores	5.003	(613)
Déficit do exercício	(37.167)	(14.159)	Salários, férias e encargos a pagar	3.800	(198)
Ajustes para conciliar o déficit ao caixa			Recursos de convênios/projetos e subvenções	285.839	81.221
gerado pelas atividades operacionais:			Adiantamento a Clientes	-	1
Rendimento sobre aplicações financeiras	(3.240)	(3.123)	Outras obrigações	552	(1.335)
Variações monetárias, líquidas	227	-		95.521	99.250
Variações monetárias de Projeto, líquidas	140	-	Fluxo de caixa líquidos, gerado pelas		
Resultado na alienação de bens			atividades Operacionais:	73.103	101.863
do ativo imobilizado	219	(15)	Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Provisões para Contingências	1.773	6.787	Adições ao imobilizado e intangível	(117.874)	(44.406)
Depreciações e amortizações	15.630	13.123	Aplicações financeiras	39.367	(46.743)
	(22.418)	2.613	Fluxo de caixa líquidos, gerado pelas		
Variações nos ativos e passivos operacionais:			atividades de Investimento	(78.507)	(91.149)
Convênios/projetos e subvenções a receber	(198.457)	23.719	Aumento (redução) de caixa e equivalentes de ca	tixa (5.404)	$_{-10.714}$
Contas a receber	(652)	(321)	Demonstração da variação de caixa e		
Estoques	(11)	295	equivalentes de caixa:		
Impostos a recuperar	(160)	-	No início do exercício	31.264	20.550
Outros ativos	515	(3.561)	No fim do exercício	25.860	31.264
Depósitos judiciais	(908)	42	Aumento (redução) de caixa e equivalentes de ca	tixa (5.404)	$_{-10.714}$
As notes evolicative	e da admineit	racão são r	parte integrante das demonstrações contábeis		

As notas explicativas da adminsitração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações contábeis - 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

 Contexto operacional: O Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais – CNPEM ("CNPEM", "Instituição" ou "Instituto") – é uma Organização Social. A denominação passou a ser utilizada em 2012, em Organização Social. A denominação passou a sei unizada em 2012, em substituição à Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Sincrotron ("ABTLus"), pessoa jurídica de Direito Privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Decreto nº 2.405, de 26 de novembro de 1997. O CNPEM tem por missão promover e contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, por meio de seus Laboratórios Nacionais, que articulará, provendo-os das condições necessárias para a consecução de suas respectivas missões e o alcance de seus objetivos estratégicos, afins com os do Instituto. O CNPEM atua em cumprimento ao Contrato de Gestão estabelecido com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação ("MCTT"), visando o desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação em quatro Laboratórios Nacionais, a saber: o Laboratório Nacional de Luz Sincrotron ("LNLS"); o Laboratório Nacional de Biociências ("LNBio"); o Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioctanol ("CTBE") e o Laboratório Nacional de Nanotecnologia ("LNNano"). O mencionado Contrato de Gestão MCTI/CNPEM suporta o custeio das atividades desenvolvidas nos quatro Laboratórios Nacionais. Os resultados esperados constituem metas pactuadas anualmente, denominados Indicadores de Desempe-nho Técnico, aplicáveis a todos os Laboratórios Nacionais. A cada semestre, uma Comissão de Acompanhamento e Avaliação, integrada por representantes qualificados na Lei no. 9.637 de 15 de maio de 1998, avalia o desempenho do CNPEM, por meio de inspeção local e análise de documentação apresentada. Cabe registrar que o CNPEM e presentemente responsável por um novo projeto de engenharia científica, a cargo da equipe técnico-científica do LNLS: a construção de uma nova Fonte de Luz Sincrotron ("SIRIUS"), de quarta geração, para o qual o MCTI tem aportado recursos financeiros específicos. Em setembro de 2010, o Contrato de Gestão foi renovado contemplando o período de 2010 a 2016 e pactuado um orçamento total para sua vigência no montante de aproximadamente R\$478.446 com desembolsos financeiros anuais. Durante o exercício de 2015 foi firmado o 13º Termo Aditivo, pactuando R\$331.896. O atual Contrato de Gestão firmado entre o CNPEM e o MCTI, conforme explicado nesta nota 1, finda-se em setembro de 2016 e sua renovação está em linha com o cronograma definido pelo MCTI. As negociações já foram iniciadas e o próximo passo é

a emissão do parecer acerca dos resultados obtidos em 2015 pelo CNPEM, a ser emitido pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Contrato de Gestão – CAACG prevista para março de 2016. A administração do CNEPM aprovou as demonstrações financeiras na data de 25 de fevereiro de 2016. **2. Elaboração e apresentação das demons-**tr**ações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 – Institutos sem Finalidade de Lucros. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpre-tações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as referidas normas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e tam-bém o exercício de julgamento por parte da administração do Instituto no processo de aplicação das práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 3.4. 2.1 Reapresentação de saldos iniciais - O Instituto reclassificou suas denonstrações contábeis, relativas aos saldos iniciais, conforme segue: Balanço patrimonial - Adiantamento a fornecedores – Em 2014, o Insti-tuto reconheceu nesta rubrica o valor de R\$19.729, referente a adiantamentos para construção de ativo imobilizado com restrição. Desta forma, realizou a reclassificação deste montante para o grupo de imobiliza-do na reapresentação das demonstrações financeiras. Em 2013, não havia saldo na referida rubrica. • Demonstração do resultado do exercício – Receita de subvenção – Em 2014, o Instituto reconheceu o montante de R\$2.619 referente a receita de subvenção, no grupo de Despesas com atividades de desenvolvimento tecnológico. Desta forma, realizou a reclassificação para o grupo de Receitas de subvenção na reapresentação de suas demonstrações financeiras. Demonstração do fluxo de caixa – Em 2014, o Instituto classificou as aquisições de imobilizado e intangível, bem como as variações da rubrica Aplicações financeiras no grupo de atividades operacionais. Desta forma, realizou a reclassificação na reapresentação de suas demonstrações financeiras,

Demonstração do resultado Exercícios fi	inde	os em 31	de
dezembro de 2015 e 2014 - (Valores expressos	em	milhares	de reais)
Not	<u>a</u> _	2015	Reclas- sificado Nota 2.1
Receitas operacionais com			
desenvolvimento tecnológico			
Com restrição Reconhecimento subvenções Federais			
- Projeto Sirius		18.990	16.652
Reconhecimento subvenções Federais		10.220	10.002
- Projeto Biotec		550	1.529
Reconhecimento subvenções Federais			4.00
- Projeto Sisnano Reconhecimento receitas sobre		47	108
depreciação de projetos		3.980	2.619
depreciação de projetos	-	23.567	20,908
Sem restrição			
Subvenções federais		44.917	76.313
Serviços prestados		2.246	1.005
Atividades administrativas Rendimentos financeiros		503 4.982	70 5.703
Rendificitos infanceiros	-	52.648	83.091
Custos das atividades de		021010	00.001
desenvolvimento tecnológico			
Salários, encargos e despesas		(57.610)	(53.050)
		(57.612) (14. 2 79)	
		(14.275) (10.595)	
		(5.268)	(9.879)
	_((87.754)	(84.838)
Superávit (Déficit) bruto		(11.539)	19.161
Despesas operacionais Administrativas			
Salários, encargos e despesas relacionadas		(14.556)	(19.886)
Depreciação e amortização	,	(1.351)	(863)
Serviços de terceiros			(10.652)
Material de consumo		(981)	(553)
Viagens	-	(349)	(236)
Despesas financeiras e tributárias	((26.204)	(32.190)
	4	(1.217)	(1.351)
Resultado de variação cambial, líquida 1	4	227	(931)
Outros resultados operacionais, líquidos	_	1.566	1.152
Déficit do exercício		$\frac{(37.167)}{2010}$	(14.159)
As notas explicativas são parte int	egra	atice	

das demonstrações financeiras.

Em 2015 e 2014, o Instituto não apresentou resultados abrangentes em suas operações, motivo pelo qual não está sendo apresentada a demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

Patrimônio

		T orde Terrorito	
	Nota	Social	Total
Saldo em 1%01/2014		180.597	180.597
Ajuste de exercício anterior		(1.280)	(1.280)
Saldos em 1%01/2014 (reapresentado)		179.317	179.317
Déficit do exercício		(14.159)	(14.159)
Saldos em 31/12/2014 (reapresentado)		165.158	165.158
Déficit do exercício		(37.167)	(37.167)
Saldos em 31/12/2015	13	127.991	127.991
As notas explicativas são	parte in	ntegrante	

das demonstrações financeiras.

para o grupo de atividade de investimento. • Demonstração das mutações do patrimônio líquido – o Instituto efetuou o ajuste nos saldos iniciais no patrimônio líquido no valor de R\$1.280, referente a doações reconhecidas em anos anteriores. O balanço de 1º de janeiro de 2014 não está sendo reapresentado, pois não há efeito material nas demonstrações financeiras 3. Principais práticas contábeis: 3.1. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Instituto. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. 3.2. Moeda estrangeira - As transações em moeda estrangeira isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional do Instituto, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional do Instituto pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações financeiras. 3.3. Instrumentos financeiros - a Ativos financeiros - Os ativos financeiros do Instituto estão classificados como empréstimos e recebíveis. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os principais ativos financeiros do Instituto incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, convênios/projetos e subven-ções a receber, contas a receber e outros ativos. Caixa e Equivalentes de Caixa - São representadas por dinheiro em caixa, saldos em conta corrente (bancos) e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata, registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos até as datas dos balanços, que não excedem os seus valores de mercado ou de realização. Normalmente, as aplicações financeiras que, na data

de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. As disponibilidades, denominadas "sem restrição", são originadas principalmente de recursos providos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação -MCTI, destinados ao custeio das atividades do Instituto. As disponibi-lidades, denominadas "com restrição", são destinadas para desenvol-vimento dos Projetos SIRIUS, SisNano e BIOTEC. Aplicações financeiras - São valores aplicados em debêntures e tratam-se de títulos emitidos por terceiros, cujos vencimentos ocorreram entre janeiro de 2016 a marco de 2020, classificadas como empréstimos e recebíveis e são mensuradas pelo custo amortizado por meio do resultado, possuindo liquidez imediata. Subvenções a receber - As subvenções governamentais são reconhecidas em conformidade com o CPC 07 - Subvenção e assistência governamentais aprovada pela Resolução CFC nº 1.305/10, sendo registradas como Subvenções a receber pelo acordado em contrato até o efetivo recebimento. Mensuração de ativos financeiros - Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por mejo do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. A mensuração subsequente de ativos financeiros é realizada por meio do resultado (superávit), sendo aqueles adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa dos ativos expiram; ou • O Instituto transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e - O Instituto transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou transfere o controle sobre o ativo. b. Passivos financeiros -Mensuração de passivos financeiros - O Instituto determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado (superávit/déficit) no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferenca nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. Os passivos financeiros do Instituto incluem contas a pagar a fornecedores e outras obrigações. c. Instrumentos financeiros – apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. d. Valor justo de instrumentos financeiros - O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar: análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. 3.4. Estimativas contábeis - São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras do Instituto. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: i) a seleção de vidas úteis do imobilizado e intangível; ii) a provisão para contingências; e iii) a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Instituto revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. 3.5. Demais ativos e passivos, circulantes e não circulantes - a. Imobilizado e Intangível - É registrado ao custo de aquisição, formação, construção ou aos valores atribuídos às doações patrimoniais e deduzidos da depreciação acumulada. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. Os ativos denominados "sem restrição", são originados principalmente de recursos providos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, destinados ao custeio das atividades do Instituto. Os ativos denominados "com restrição", são destinados investimento em desenvolvimento dos Projetos SIRIUS, SisNano e BIOTEC. A depreciação e a amortização são calculadas de forma linear ao longo da vida útil do ativo, à taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, estando assim em conformidade com o CPC 27. O parágrafo 3º do artigo 183 da Lei nº 6.404/76, modificado pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, determina que o Instituto

deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor (impairment) e revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada para cálculo da depreciação e amortização. A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o obietivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, ou seja, o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Os ativos são agrupados e avaliados de acordo com os fluxos de caixa gerados pelo ativo ou grupo de ativos que representem uma unidade geradora de caixa independente. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. b. Recursos de convênios e projetos - São recursos captados junto a agências de fomento, com destinação específica nos projetos aprovados e registrados como passivo pelo valor de contrato até a efetiva destinação dos recursos. Em seguida passam a ser mensurados com base na movimentação dos valores substancialmente relacionados a rendimentos financeiros decorrentes das aplicacões dos recursos não utilizados e dos correspondentes gastos incorridos ou destinação do recurso para ativos imobilizados e intangíveis, conforme CPC 07, conforme Nota explicativa 10. c. Saldos dos recursos destinados à implantação do Projeto SIRIUS, Projeto SisNano e BIOTEC - Pela natureza dos recursos (Subvenção e assistência do Governo Federal), esses valores são tratados conforme determina o CPC 07, cuja aplicação está mencionada na Nota 10. O registro inicial tem contrapartida no mesmo montante no ativo de convênios/projetos e subvenções a receber. A realização para resultado ocorre nos períodos ao longo dos quais o Instituto reconhece os custos relacionados ao objeto de compensação, portanto, se destinados recursos para aquisição de imobilizado ou intangíveis, a realização da receita acompanha a vida útil dos bens adquiridos. d. Outros beneficios a empregados - Os benefícios concedidos a empregados e administradores do Instituto incluem em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias e 13º salário) o plano de previdência privada de contribuição definida e o vale alimentação. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício com base em competência, à medida que são incorridos conforme determina o CPC 33 - Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CFC n° 1.425/13. e. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes - Os demais ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. 3.6 Tributação - O Instituto goza de isenção do imposto de renda e contribuição social sobre o superávit, conforme determinado pela Lei 9.532/97. 3.7 Provisão para contingências - O Instituto registra somente os processos classificados pelos assessores jurídicos como perda provável a valores atualizados (Nota 12), conforme determinação do Pronunciamento Técnico CPC 25 ou NBC T 19.7 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09, no qual as provisões são reconhecidas, pois são baseadas em estimativas confiáveis, são obrigações presentes e indicam que haverá uma saída de recursos para liquidar as obrigações. 3.8 Patrimônio líquido -Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores, o patrimônio líquido é representado pelos superávits e/ou diminuído pelos déficits apurados anualmente desde a sua fundação, sem correção monetária, conforme legislação em vigor. Conforme estatuto social, o Instituto deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo, como consequência, distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucros ou de participação no seu superávit. Dessa forma, o superávit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social. 3.9 Demonstração do Resultado - O resultado é apurado pelo regime de competência. As subvenções para custeio dos Projetos SIRIUS, SisNano e do BIOTEC vêm sendo contabilizadas no passivo, sendo que a transferência para o resultado do exercício ocorre com base nas despesas incorridas, seguindo as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os gastos com pesquisas são reconhecidos quando incorridos. As subvenções recebidas do Contrato de Gestão com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI para custejo dos Laboratórios Nacionais (LNLS. LNBio, LNNano e CTBE) são reconhecidas como receitas do exercício no momento do recebimento financeiro do recurso. A metodologia para rateio dos gastos comuns aos Laboratórios Nacionais é definida e aprovada pela direção do Instituto e periodicamente é revisada e atua-lizada. **3.10 Trabalho voluntário** - Para efeito de cumprimento ao ITG 2002 - Institutos sem Fins Lucrativos, o Instituto identificou e valorizou as atividades recebidas de voluntários durante o exercício de 2015 no montante de R\$115 (R\$183 em 2014). O valor justo foi estimado tendo como referência a quantidade de horas dedicadas à Instituição, multiplicado pelo custo/hora de profissionais do mercado considerando as atividades executadas semelhantes à dos voluntariados bem como seu nível de formação técnica.

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

2015 4.623 **2014** 3.932 Caixa e equivalentes de caixa - sem restrição 27.332 21.237 Caixa e equivalentes de caixa - com restrição

Caixa e equivalentes de caixa	25.860	31.264
Debêntures contrato gestão	3.526	30.305
Debêntures reserva do conselho	18.871	_16.056
Aplicações financeiras – sem restrição	22.397	46.361
Debêntures projetos	66.208	78.371
Aplicações financeiras – com restrição	66.208	78.371
	114.465	155.996
	2015	2014
Saldos Das Contas Do Contrato De Gestão	92.385	134.422
Sem Restrição	23.528	47.959
Disponível Moeda Nacional/Estrangeira	63	55
Bancos Conta Corrente – CNPEM	(7)	21
Banco do Brasil S/A - CDB - CG	1.039	484
Banco do Brasil - CDB Res. Conselho	22	-
Banco Bradesco - CDB - Res. Conselho	-	1.039
Banco do Brasil - Debentures - CG	3.526	30.305
Banco Bradesco - Debentures - Res. Conselho	9.659	7.764
Banco do Brasil - Debentures - Res.Conselho	9.212	8.291
Com Restrição	68.857	86.463
Conta Corrente - BB - Sirius		1
Conta Corrente - Bradesco - Sirius	-	-
Banco do Brasil - CDB - Sirius	7	410
Conta Corrente - BB – Biotec	1	2
Conta Corrente - Projeto Biotec	-	-
Banco do Brasil - CDB - Biotec Lima	1.345	-
Conta Corrente - BB - SisNano	-	1
Banco do Brasil - CDB - Biotec	170	2.140
Banco do Brasil - CDB – SisNano	437	4.623
Banco do Brasil - CDB Proj.Sirius Filial	689	915
Banco Bradesco - Debêntures - Sirius	13.412	12.309
Banco do Brasil - Debêntures - Sirius	22.517	59.625
Banco do Brasil - Debêntures - SisNano	2.876	415
Banco do Brasil - Debêntures Sirius Filial	23.695	6.022
Banco do Brasil - Debêntures Biotec	3.708	-
Saldos das Contas de Outras Fontes de Recurso	22.080	21.574
Sem Restrição	3.492	2.333
Banco do Brasil S/A - CDB - EG	3.492	2.333
Com Restrição	18.588	19.241
Bancos Conta Corrente - Convênios	5	245
Aplicações Financeiras - Convênios	18.583	18.996
	114.465	155.996
O caixa e equivalente de caixa estão compostos basi	camente n	or certifi-

caixa e equivalente de caixa estão compostos basicamente por certificados de depósitos bancários que têm prazos de vencimentos entre janeiro de 2016 e novembro de 2020 e as taxas de juros variam de 98% a 100,50% do CDI, possuindo liquidez imediata. As aplicações financeiras se referem a valores aplicados em debêntures e trata-se de títulos emitidos por terceiros, cujos vencimentos ocorrerão entre janeiro de 2016 a março de 2020 e a remuneração é de 96,0% a 100,50% do CDI. Todas as aplicações financeiras do Instituto possuem liquidez imediata, podendo ser resgatadas, dependendo simplesmente da necessidade de aixa do Instituto, motivo pelo qual estão classificadas no ativo circulante. Em 2015, o saldo financeiro caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras foi de R\$114.465, sendo que recursos do Contrato de Gestão constituem a reserva técnica de R\$23.528: i) R\$4.635 destinados à Reserva Operacional do CNPEM; ii) R\$18.893 à Reserva do Conselho de Administração, conforme definido em ata. A redução no caixa do Instituto no exercício de 2015 ocorreu devido ao atraso no reasse dos recursos contratados junto ao MCTI pelo 13º. Termo Aditivo do Contrato de Gestão, conforme demonstrado na Nota 5, na linha do Contrato de gestão de operação, no montante de R\$ 55.901

5. Convênios/projetos e subvenções a receber

			P				
		Adição de	recebi-				
		contratos	mento				
	2014	e aditivos	efetivo	2015			
Contrato gestão de operação	17.818	83.000	(44.917)	55.901			
Projeto Sirius	28.177	240.619	(72.176)	196.620			
Projeto SisNano	10.346	8.277	(11.347)	7.276			
Projeto Biotec	4.999		(4.999)				
	61.340	331.896	(133.439)	259.797			
			Baixa por				
		Adição de	recebi-				
		contratos	mento				
	2013	e aditivos	efetivo	2014			
Contrato gestão de operação	12.779	81.350	(76.311)	17.818			
Projeto Sirius	57.580	64.530	(93.933)	28.177			
Projeto SisNano	10.780	10.746	(11.180)	10.346			
Projeto Biotec	3.920	4.999	(3.920)	4.999			
	85.059	161.625	(185.344)	61.340			
Os valores acima se referem aos montantes a receber de convênios/pro-							
Os valores acima se referem	aos mont	antes a receb	er de convê	nios/pro-			

Baixa por

ctos e subvenções detamados ha nota ex	meanva 10.	
5. Outros Ativos	2015	2014
Adiantamentos	2.454	4.306
Despesas antecipadas	1.422	16
Outros	115	184
	3.991	4.506

O saldo de adiantamento é composto basicamente de recursos adiantados aos convênios e ao despachante aduaneiro. Como despesa antecipada temos o licenciamento do uso de software, cujo prazo é de 1 ano.



Continuação 7. Imobilizado e Intangível	Depreciaç amortiza % :	ção	Cust	am	oreciação/ ortização cumulada	2015		2014 resentado Nota 2.1
Equipamentos de pesquisa	10 a		125.88		(63.712)	62.176		65.950
Móveis e utensílios	10 e		48.78		(19.283)	29.505		29.262
Equipamentos de computação	10 a		8.48		(5.451)	3.032		3.294
Edificios		4	42.79		(4.729)	38.070		34.939
Veículos		20	1.03		(299)	734		499
Bens desenvolvimento interno				-				1.387
Importação em andamento			6.14	13	-	6.143		821
Obras em andamento				-	-			1.983
Imobilizado em andamento			1.25		-	1.258	;	-
Outros		10 _	4.72		(3.273)	1.453		1.068
Imobilizado sem restrição			239.11		(96.747)	142.371		139.203
Equipamentos de pesquisa			34.96		(3.243)	31.724		9.153
Móveis e utensílios	10 e		3.45		(693)	2.764		2.682
Veículos		20		7	-	7		-
Equipamentos de computação	10 a		83		(253)	581		638
Edificios		4	8.26	58	(368)	7.900)	-
Importação em andamento			11.4	-	-	44.440		1.366
Adiantamento em andamento			11.41		-	11.419		19.089
Obras em andamento			99.21		-	99.212		24.107
Imobilizado em andamento			1.95		-	1.958		C92
Outros		_	167.81	8	(4.559)	$\frac{18}{155.583}$		57.717
Imobilizado com restrição			406.92		$\frac{(4.558)}{(101.305)}$	297.954		196.920
Total imobilizado		14	4.46		(1.912)	2.553		2.515
Software sem restrição Software com restrição		14	1.18		(432)	748		391
Total intangível		14 —	5.64		(2.344)	3.301		2.906
Movimentação 2015		_	5.04		vimentaçã			2.700
Movimentação 2015	2014	Adice	ñes		Transfer		oacões	2015
Equipamentos de pesquisa	133.084	25.6		(789)		(207)	3.165	160.856
Móveis e utensílios	48.554			(1.530)		-	1.545	52.246
Equipamentos de computação	8.815	7	797	(407)		-	111	9.316
Edificios	39.091	1.3	350	-	10).625	-	51.066
Veículos	728	3	311	-		-	-	1.039
Adiantamento a fornecedores	21.296	16.9	916 (ž	20.651)		-	-	17.562
Obras em andamento	24.107	84.3		(171)		.103)	-	99.212
Imobilizado em andamento	3.350		509	(29)		.713)	-	3.217
Outros	4.734		62			(151)		4.745
Total do custo	283.759	134.8		23.577)		(549)	4.821	399.259
Depreciação acumulada	(86.839)	(17.6)		3.145				(101.305)
Total imobilizado	196.920	_117.1		20.432)		(549)	4.821	297.954
Software	4.464	3	574	-		398	19	5.455
Marcas e Patentes – Ajustado	(1.550)	(7)	39	(22)		151	-	190
Amortização acumulada	(1.558)		<u>64)</u> _	(22)		549	10	(2.344)
Total intangível	2.906	(1.	51)	(22) Ma			19	3.301
Movimentação 2014	2013	Adice	ãos.		vimentaçã Transferê		000000	2014
Equipamentos de pesquise	2013 107.451	Adiço	oes	(132)		3.803	1.962	133.084
Equipamentos de pesquisa Móveis e utensílios	45.173	2.5	50	(294)	2.	2.003	1.902	48.554
Equipamentos de computação	8.234	3.5	-	(233)		604	210	8.815
Edifícios	38.574		-	(233)		517	210	39.091
Veículos	441	2	287	-		517	_	728
Bens em desenvolvimento interno	5.732	_	-		(4	.567)	222	1.387
Adiantamento a fornecedores	17.070	37.6	38	-		.411)		21.296
Obras em andamento	15.427	57.0	-	_		0.663	_	26.090
Outros	4.608		_	(5)	11	131	_	4.734
Total do custo	242.710	41.4	175	(664)	(2	.260)	2.519	283.759
Depreciação acumulada	(74.891)	(12.63		682	(2	-		(86.839)
Total imobilizado	167.819	28.8		18	(2	.260)	2.519	196.920
Software	3.450			(1.039)		1.621	13	4.464
Amortização acumulada	(2.101)		93)	1.036		-	-	(1.558)
Total intangível	1 349		74) —	(3)		L 621	13	2.906

Total intangível 1.349 (74) (3) 1.621 13 2.906

A variação do saldo de imobilizado no exercício de 2015 está basicamente relacionada à construção do prédio da Nova Fonte de Luz Sincrotron, SIRIUS, registrada na conta de Obras em Andamento, prevista para se encerrar em 2018. Bens recebidos em comodato - Os bens que formam o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (edificios, equipamentos, etc.) foram basicamente cedidos para uso do CNPEM pelo MCTU CNPq, por meio do Contrato de Gestão mencionado na Nota 1 e, portanto, não estão contemplados nessas demonstrações financeiras. As cessões dos comodatos abaixo representam o volume de recursos aplicados em bens aguardando encerramento do processo de doação por parte de agências de fomento:

	2015	2014
Bens cedidos pelo MCT/CNPq por meio do contrato de gestão	2.362	2.421
Bens sob responsabilidade FINÊP/CT Infra I	1.699	1.701
Bens sob responsabilidade FINEP/CT Infra III	1.279	1.279
Bens sob responsabilidade FINEP Mod. Interação	-	1.249
Bens sob responsabilidade FINEP Mod. Proinfa	789	789
Bens sob responsabilidade FINEP Mod. Proinfa LNLS	-	592
Bens sob responsabilidade FINEP Mod. Gigabit	-	378
Bens cedidos pela Fundação CPqD - Centro de Pesquisas e		
Desenvolvimento em Telecomunicações	155	155
Bens sob responsabilidade FINEP/Getec	135	135
Bens em comodato / convênios / contrato gestão	564	171
Bens sob responsabilidade FINEP/CT Infra V	67	67
	7.050	8.937

Os terrenos nos quais estão instaladas a matriz do CNPEM e sua Filial SIRIUS é de propriedade do Governo do Estado de São Paulo. O terreno da matriz foi declarado de utilidade pública pelo Processo nº 30.135, de 12 de julho de 1989, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 13 de julho de 1989. Durante o exercício de 2010, o Governo do Estado de São Paulo emitiu o "Termo de Permissão de Uso de Próprio da Fazenda do Estado de São Paulo, na conformidade do Decreto nº 55.359, de janeiro de 2010" por tempo indeterminado. A permissão de uso do terreno da Filial foi registrada no Decreto nº 61.002 de 18 de dezembro de 2014, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, a título precário e gratuito e por prazo

indeterminado.		
8. Fornecedores	2015	2014
Fornecedores	5.686	683
	5.686	683

Em 2015, houve um aumento significativo no volume das contratações do Instituto, em virtude da construção da nova fonte de Luz Sincroton – SIRIUS. 9. Salários, férias e encargos a pagar: O valor apresentado em salários, férias e encargos a pagar é composto basicamente por provisão de férias e encargos trabalhistas. A remuneração mensal dos dirigentes e empregados, com recursos do Contrato de Gestão, aprovada pelo Conselho de Ádministração, observa como limite máximo o que dispõe o inciso XI, do art. 37 da Constituição Federal. A variação da conta de salários em 2015 refere-se ao crescimento no quadro de pessoal vinculado ao Projeto Sirius e outros convênios industriais, além do saldo a pagar da contribuição previdenciária (INSS) de 2015, uma vez que em 2014 houve recolhimento antecipado da contribuição previdenciária. 10. Recursos de convênios/projetos e subvenções

		Recursos			Realização	
		Recebidos/	Rendimento	Realização	relativa a de-	
			de aplicação		preciação e	
	2014	firmados	financeira		amortização	2015
Petrobrás TMEC	247	_	8	(255)		_
Convênio CTBE BNDES Jacto	2.116	-	142	(1.362)		896
Convênio BNDES RHODIA	1.179	863	90	(1.777)		355
Convênio CTBE BP	446	-	26	(347)		125
Convênio FINEP PACMAN	892	2.248	63	(2.014)		1.189
Convênio FINEP INFRAPEM	168	-	-	(12)		156
Convênio BNDES LIMA	2.073	-	229	ĺ		2.303
Convênio FINEP CONT COLOFF	13	-	14	(13)		14
Convênio FINEP DTMX2	697	-	54	(132)		619
Convênio DOW II	589	508	6	(1.073)		30
Convênio MS SICONV LIMA	3.174	_	157	(1.345)		1.986
Convênio FMC FSW CLAD	705	854	41	(1.132)		468
Convênio EMBRAPII	1.005	-	39	(541)		503
Convênio FINEP ELI LILLY	209	400	27	(232)		404
Convênio ENZIMAS				(===)		
RAMIFICADAS-BRK	-	1.044	27	(404)		667
Convênio PNUD SUCRE	_	2.029	30	(1.263)		796
Convênio DNDI II	249	297	23	(37)		532
Convênio DOW DSM	4.011	8.215	576	(7.625)		5.177
Petrobrás CO2	1.288	23	66	(1.027)		350
Petrobrás FSW 4	1.004	1.178	39	(1.148)		1.073
Petrobrás LABWEB 2	11	370	2	(384)		(1)
Petrobrás SENSORMEG	390	570	21	(292)		119
Convênios BNDES MAHLE	707	75	43	(632)		193
Convênios LNBio GRANT U E	28	410	14	(290)		162
Outros convênios	49	1.938	43	(1.510)		520
Receita diferida ativos de convênio		9.273	45	(1.510)	(897)	18.364
Recursos de convênios (a)	31.238	29.724	1.781	(24.846)	(897)	37.000
Recursos de projetos em	31.230	27.724	1.701	(24.040)	(657)	57.000
Execução do Sirius	141.466	240.619	7.365	(102.416)	_	287.034
Receita diferida ativos Sirius	22.339	83.426	7.305	(102.410)	(2.310)	103.455
Recursos de projetos em	22.337	05.420			(2.510)	105.455
Execução do SisNano	16.769	8.277	841	(15.265)	_	10.622
Receita diferida ativos SisNano	4.515	15.359	041	(15.205)	(478)	19.396
Recursos de projetos em	4.515	15.557		_	(470)	17.570
Execução do BIOTEC	7.236	_	467	(3.898)	_	3.806
Receita Diferida ativos BIOTEC	280	3.350	407	(3.070)	(54)	3.576
Receita Diferida ativos	200	3.330	_	-	(34)	3.370
Contrato de Gestão	185	8.231	_	_	(241)	8.175
Recursos de projetos (b)	192.790	359.262	8.673	(121.578)	(3.083)	
Recuisos de projetos (b)	192.790	339.202	6.073	(121.576)	(3.063)	430.004
Subvenção de contratos						
de gestão (operação) (c)	17.817	83.000	_	(44.917)	_	55.900
de Sestao (operação) (e)	17.017	65.000		(44.717)		55,700
	241.845	471.987	10.454	(191.342)	(3.980)	528.964
Passivo circulante	204.537	7/1.20/	10.757	(171.542)	(3.780)	375.997
Passivo circulante	37.308					152.967
	tuto posser	i diwamaa m	naistan da man	mico vinonte	do à ampragna	ngônoine

a) Recursos de convênios - O Instituto possui diversos projetos de pesquisa vinculado à empresas, agências de fomentos e/ou bancos. Para isso, os instrumentos reguladores são firmados mediante Acordo de Cooperação, Convênios ou Acordos de Fornecimento entre as partes, mediante um plano de trabalho e um cronograma de desembolso específico ao projeto, onde na maioria das vezes não há contrapartida financeira do CNPEM, cabendo ao fim, o processo de prestação de contas ao parceiro. Atualmente os principais parceiros do Instituto são Petrobras, Pacman, Rhodia Poliamida e Especialidades Ltda., Máquinas Agricolas Jacto S.A., Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, FINEP, Ministério da Saúde, EMBRAPA, entre outros. Durante o exercício de 2015 foram recebidas doações patrimoniais dos convênios que correspondem a equipamentos para pesquisas e outros fins relacionados à atividade do Instituto, no montante de R\$4.821. b) Recursos de projetos - <u>SIRIUS</u> - Os recursos contratados estão destinados, em sua maioria, à execução das obras e instalação e da produção da máquina SIRIUS, a nova Fonte de Luz Sincrotron de Alto Desempenho para o Brasil. Os valores apresentados no quadro acima representam a diferença entre o saldo de orçamentos pactuados em exercícios anteriores, os rendimentos financeiros e o montante orçamentário executado deste projeto, além do recurso firmado por meio do 13º termo aditivo ao Contrato de Gestão, no montante de R\$240.619. SisNano - Os recursos destinados ao este projeto serão utilizados na aquisição de equipamentos para implantação da nova instalação do LNNano, viabilizando a realização das linhas de pesquisa previstas para o Laboratório de Referência do SisNano. Para 2015, o recurso do projeto foi firmado no 13º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, no montante de R\$8.277. BIOTEC - Este projeto tem por objetivo a criação de uma infraestrutura laboratorial destinada à geração de linhagens celulares e bancos de células produtoras de proteínas recombinantes. Em 2015 não foram contratados novos recursos e o projeto apenas deu continuidade às suas atividades de acordo com o cronograma estabelecido. c) Subvenção de contrato de gestão - O contrato de gestão firmado entre o CNPEM e o MCTI é destinado para o custeio das atividades desenvolvidas nos Laboratórios Nacionais e seu resultado é medido anualmente por meio de indicadores de desempenhos técnicos. O saldo em 2015 refere-se aos recursos contratados e não recebidos, firmados no 13º termo aditivo ao Contrato de Gestão. Os valores apresentados no passivo não circulante se referem a receita diferida criada em contrapartida dos imobilizados e intangíveis adquiridos para os respectivos projetos, os quais são amortizados de acordo com a vida útil dos respectivos bens e direitos adquiridos

11. Outras Obrigações	2015	2014
Impostos e contribuições a recolher	(400)	(106)
Energia elétrica a pagar	(1.181)	(357)
Outras contas a pagar	(1.624)	(1.862)
	(3.205)	(2.325)

12. Provisão para contingências: O Instituto está envolvido em ações judiciais sobre questões fiscais e trabalhistas, decorrentes do curso normal de suas operações. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso.



Continuação			2045	2011
D			2015	2014
Provisão para contingencias				
Trabalhistas			14.107	12.334
Depósitos judiciais				
Trabalhistas			(6.094)	(5.319)
Tributários			(1.192)	(1.059)
			(7.286)	(6.378)
			6.821	5.956
Movimentações 2015				
	2014	Adições	Baixas	2015
Provisão para contingencias				
Trabalhistas	12.334	1.773	_	14.107
	12.334	1.773		14.107
Depósitos judiciais	12.00	211.10		
Trabalhistas	(5.319)	(776)	1	(6.094)
Tributários	(1.059)	(133)	-	(1.192)
Titodatios	$\frac{(1.039)}{(6.378)}$	(909)	1	(7.286)
Movimentações 2014	(0.576)	(202)	1	(7.200)
MOVIMentações 2017	2013	Adições	Baixas	2014
Province name continuousias	2013	Auições	Daixas	2014
Provisão para contingencias Trabalhistas	5 5 4 7	6.787		12 224
Trabamistas	5.547			12.334
B / 1 1 1 1 1 1	5.547	6.78 7	-	12.334
Depósitos judiciais	(5.0.61)	(1.1)		(7.240)
Trabalhistas	(5.361)	(14)	56	(5.319)
Tributários	(1.059)			(1.059)
T 1 11 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	(6.420)	(14)	56	(6.378)

Trabalhistas - Em 2013 o Instituto teve perda em primeira instância de um processo de adicional de insalubridade e periculosidade, mas incluiu ação rescisória para anular a condenação e depositou em conta judicial o montante de R\$5.208. Em 2014, o cálculo do processo foi revisto judicialmente e houve a necessidade complementar a provisão para contingência no montante de R\$6.787 para 2015. Após a nova revisão realizada pelos consultores jurídicos do CNPEM, o montante necessitou de atualização no montante de R\$1.773. Adicionalmente, os processos avaliados com possíveis chances de êxito se tratam de ações movidas por ex-funcionários e/ou funcionários de empresas prestadoras de serviços do Instituto pleiteando pagamentos de diferenças salariais, diferenças de horas extras acrescidas dos adicionais incidentes e reflexos, além de verbas rescisórias. Na maioria dos casos, o Instituto está incluído como responsável subsidiário pelo cumprimento de eventual condenação, por ser tomador dos serviços. Em 2015 o montante foi corrigido conforme extrato bancário, no montante de R\$776. O somatório dos processos possíveis totaliza R\$1.943 (R\$1.547 em 2014). Tributárias - O depósito judicial tributário encontra-se, dentre outras ações, em instância administrativa e refere-se a auto de infração e imposição de multa, lavrado em 17 de fevereiro de 2004, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, relativo ao ICMS incidente na importação de máquinas e equipamentos no período de janeiro de 2001 a junho de 2002. Em atendimento ao referido

Carlos Américo Pacheco

Diretor-Geral

dispositivo, o Instituto depositou em juízo perante a 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Campinas, em outubro de 2009, o montante de R\$672, previsto na ação com as devidas correções e, em setembro de 2012, o Instituto realizou um complemento do depósito no montante de R\$387, totalizando R\$1.059. Em 2015 o montante foi corrigido pela taxa SELIC no montante de R\$133. Apesar dos assessores jurídicos reconhecerem este processo com remota chance de perda, o depósito judicial se mantém até o julgamento final da causa. 13. Patrimônio Líquido: A movimentação do patrimônio líquido referese ao déficit registrado no período. 14. Custos, despesas restritas e sem restrição:

se ao déficit registrado no período. 14. Custos, d	espesas re	estritas e
sem restrição:		
Despesas com atividades de desenvolvimento tec	cnológico	com res-
trição	2015	2014
PROJETO SIRIUS		
Salários, encargos e despesas relacionadas	15.109	8.700
Depreciação e amortização	2.291	1.126
Realização de receita diferida ativos doados	(2.291)	(1.126)
Serviços de terceiros	1.073	1.016
Material de consumo e outros	3.370	5.911
•	19.552	15.627
Impostos e taxas	(121)	186
Resultado Variação Cambial, líquida	(441)	729
	18.990	16.542
PROJETO SISNANO		
Salários, encargos e despesas relacionadas	-	-
Depreciação e amortização	478	15
Realização de receita diferida ativos doados	(478)	(15)
Serviços de terceiros	(24)	10
Material de consumo e outros	52	47
	28	291
Impostos e taxas	4	27
Resultado Variação Cambial, líquida	15	23
	47	241
PROJETO BIOTEC		
Salários, encargos e despesas relacionadas	382	452
Depreciação e amortização	54	4
Realização de receita diferida ativos doados	(54)	(4)
Serviços de terceiros	149	967
Material de consumo e outros	17	96
	548	1.515

Despesas com atividades de desenvolvimento tecnológico sem restrição

Impostos e taxas

Resultado Variação Cambial, líquida

	2015	2014
Salários, encargos e despesas relacionadas	42.121	43.920
Depreciação e amortização	11.456	10.550
Realização de receita diferida ativos doados	(1.157)	(1.126)

 Serviços de terceiros
 9.397
 8.199

 Material de consumo e outros
 1.829
 3.825

 63.646
 65.368

 Impostos e taxas
 1.332
 1.125

 Resultado Variação Cambial, líquida
 198
 178

 65.176
 66.671

15. Plano de previdência privada: O Instituto disponibiliza para 100% de seus colaboradores um plano de previdência privada por contribuição definida (BrasilPrev), com o objetivo de complementação da previdência oficial. No ato da aposentadoria, o participante poderá optar pelo benefício da aposentadoria ou pelo resgate do saldo alcançado na composição do seu fundo. O plano tem participação do Instituto (4% do salário) e dos seus colaboradores (2% do salário) na formação do fundo, por meio de contribuições mensais regulares e podendo o colaborador realizar aportes adicionais a qualquer tempo. O plano prevê rentabilidade garantida do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M/ FGV), acrescido de 6% ao ano, e taxa de carregamento de 3% sobre o valor das contribuições mensais. O montante das contribuições no exercício de 2015 foi de R\$2.074 (R\$2.684 em 2014). 16. Instrumentos financeiros: Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial consistiam basicamente de caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras (conforme nota explicativa 4). Quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deles, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Instituto não realizou operações com derivativos. 17. Cobertura de seguros (não auditado): O Instituto contratou cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2015, a apólice de seguro do Instituto totaliza R\$252.000, sendo as principais coberturas contra eventos de qualquer natureza, incluindo danos materiais e de responsabilidade civil de R\$111.723. 18. Avais, fianças e garantias: O Instituto não prestou garantias durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e não possuía em 31 de dezembro de 2015 e 2014, quaisquer transações como interveniente garantidora. 19. Eventos Subsequentes: Ao término do exercício de 2015 ficaram pendentes de repasses financeiros R\$ 259.797 referentes a recursos contratados por meio do 13º Termo Aditivo, sendo sua destinação: R\$ 55.900 à operação do CNPEM, R\$ 7.277 ao Projeto SisNano e R\$196.619 ao Projeto SIRIUS. Durante os meses de janeiro e fevereiro de 2016 houve novos repasses, totalizando R\$ 46.000, quais sejam: R\$ 24.000 para operação do CNPEM, R\$ 20.000 para o Projeto SIRIUS e R\$ 2.000 para o projeto SisNano.

Evandro BlumerAlessandra Dal Bom TakitaDiretor de AdministraçãoContadora CRC 1SP243013/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores do

Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM Examinamos as demonstrações financeiras do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM ("Instituto") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras - A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e ITG 2002 (R1) - "Institutos sem Finalidade de Lucro" - e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Responsabilidade dos auditores independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas

demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Instituto para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Instituto. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obti-da é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil apli-cáveis para Institutos sem fins lucrativos. **Ênfase** - Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, onde descreve que o Înstituto possui como principal fonte de receita de suas operações o contrato com o MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, o qual possui vigência até setembro de 2016. De acordo com as infor-

mações da administração do Instituto, a renovação do contrato se encontra em andamento, entretanto, até o encerramento dos trabalhos de auditoria, não houve a formalização de sua renovação. Essa situação, suscita dúvida substancial sobre sua continuidade operacional. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto. **Outros Assuntos** - O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 2.1, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 6 de fevereiro de 2015, sem ressalvas Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2015, examinamos também os ajustes descritos na Nota 2.1 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2014, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras do Instituto referentes ao exercício de 2014 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2014 tomadas em conjunto.

Campinas, 29 de fevereiro de 2016 PricewaterhouseCoopers Contadores Públicos Ltda. CRC 2SP023173/O-4 "F" Rafael Alvim Guimarães - Contador CRC RJ 104572/O-0

RESUMO DO RELATÓRIO CNPEM 2015

O Relatório Anual 2015 do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais – CNPEM – apresenta os resultados técnico-científicos e de gestão dessa Organização Social (OS), que, por meio de Contrato de Gestão firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), é responsável por operar quatro Laboratórios Nacionais: o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS); o Laboratório Nacional de Biociências (LNBio); o Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol (CTBE) e o Laboratório Nacional de Nanotecnologia (LNNano). O Relatório Anual 2015 do CNPEM compõe-se de três

Partes. A **Parte I** resume os resultados institucionais obtidos em cada um dos 4 Eixos de Atuação (Eixo 1 – Instalações abertas a usuários externos; Eixo 2 – Pesquisa e desenvolvimento *in-house*; Eixo 3 – Apoio à geração de inovação nos setores de agricultura, indústria e serviços (AIS); Eixo 4 – Treinamento, educação e extensão), os Indicadores de Desempenho pactuados com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, os destaques dos Laboratórios Nacionais e as principais realizações do Centro em 2015. A **Parte II** apresenta os resultados técnicos e informações detalhadas das atividades dos Laboratórios Nacionais, seus

principais avanços, infraestrutura, projetos de pesquisa e desenvolvimento em destaque, parcerias tecnológicas e iniciativas de capacitação e treinamento. A Parte III detalha os Indicadores de Desempenho pactuados entre o MCTI e o CNPEM e anexos, aí se incluindo o Balanço Patrimonial e Parecer de Auditores Independentes. O Relatório Anual 2015 foi aprovado pelo Conselho de Administração do CNPEM em 03 de março de 2016. Todas as Partes mencionadas do Relatório Anual 2015 do CNPEM estão disponíveis em http://www.cnpem.br (menu acesso à informação).